

▪
EVANDRO LINS – O ENIGMA DO MITO

LICÍNIO BARBOSA

No seu pequeno grande ensaio, "A Presença do Mito", Leszek Kolakowshi proclama, com a mais absoluta convicção:

"O mundo dos valores é uma realidade mítica. Vivenciamos os componentes da experiência, as situações e as coisas, na medida em que as vivemos como providas de qualidades valiosas, como se participassem de uma realidade que transcende de maneira absoluta a totalidade da experiência pessoal" (**in** "A Presença do Mito", trad. De José Viegas Filho, Edit.UnB, DF, 1972, pág.28).

E mais adiante, **opus citatum**:

"A consciência mítica está presente em todas as partes, embora dificilmente se manifeste. Se ela está dada em qualquer compreensão do mundo que a considere como provida de valores, então também está presente em qualquer compreensão da história que a julgue como provida de sentido" (pág. 30).

Por sua vez, na **Apresentação** dessa obra primorosa, sentencia, José Guilherme Merquior.

"Mito é o que dá corpo ao nosso perene desejo de elucidação verbal daquilo que, a partir de determinado grau de sofisticação cognitiva, se sabe não ser compreensível **como objeto**" (**in op. cit.**, pág, 1 /**grifo no original**).

Mesmo o mais percuciente exame da vida e da obra de Evandro Lins e Silva, aclamado **o Criminalista do Século** na poliantéia que a **Editora Método, SP**, há pouco deu a lume, organizada por Sérgio Salomão Shecaira, seria insuficiente para distinguir, nessa poliforma personalidade do nosso tempo, onde termina o homem e onde começa o mito.

A partir de suas origens.

Pelo cenário de sua multifária atuação, ter-se-ia a impressão de que fosse um carioca. Ou, pela genealogia, um ilustre pernambucano.

Puro equívoco.

Evandro é um piauiense de Parnaíba, onde nasceu a 18 de Janeiro de 1912. Seu genitor, sim, o Juiz de Direito Raul Lins e Silva, era pernambucano. E foi devido à escassez de magistrados, nas primeiras décadas do século 20, que Raul se aventurou por Santa Catarina, Maranhão e Piauí, voltando, mais tarde, às raízes pernambucanas.

Por isso, é que Evandro fez um primeiro grau itinerante, de Itapicuru (MA) ao **Ginásio Pernambucano**, no famoso **Colégio Pedro II**, Rio de Janeiro-RJ. E foi no Rio de Janeiro que fincou suas raízes culturais, definitivamente, ingressando, em 1929, na Faculdade de Direito, mais tarde Faculdade Nacional de Direito, da legendária Universidade do Brasil, onde terminaria o curso a 19 de novembro de 1932, tendo como patrono o baiano Afrânio Peixoto, médico-legista, destacado nas ciências da saúde e nas belas letras, que faria a autópsia de Euclides da Cunha, seu colega da Academia Brasileira de Letras, na tragédia Piedade.

Antes de formar-se, aos 19 anos, estreou no Júri, ao lado do rábula Costa Pinto, folclórica personalidade do foro carioca que se vangloriava de ter, em sua biblioteca, apenas três obras: o Código Penal, o Código de Processo Penal e as “Espumas Flutuantes” de Castro Alves, consoante o insuspeito depoimento de Raymundo Faoro (in “O Advogado Perfeito”, nos Estudos Criminais em Homenagem a Evandro Lins e Silva – o Criminalista do Século”, **op. cit.**, pág.31).

Enquanto atuava no Tribunal do Júri, colaborava na melhor imprensa local, como o “Diário de Notícias”, “A Batalha”, “A Nação”, e assinava uma crônica diária para “O Jornal”, com o pseudônimo de **Lobão**.

No ano de 1956, passa a lecionar “História do Direito Penal e Ciências Penitenciárias” no Curso de Doutorado da Faculdade de Direito do então Estado de Guanabara. Na época, já era uma figura notável, no mundo forense e nos meios políticos, eis que, em 1947, fundara, com a redemocratização do País, o PSB – Partido Socialista Brasileiro com outros vultos de escol do nosso pensamento político, tais como João Mangabeira, Hermes Lima, o escritor Rubem Braga, o político goiano Domingos Vellasco, o Jornalista Joel Silveira, e outros próceres.

Assim é que, no início dos anos sessenta, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, e a ascensão do presidente João Goulart, ei-lo Procurador-Geral da República (1961-1963), passando de janeiro a junho daquele ano, à Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, e, de junho a setembro daquele mesmo ano, a Ministro das Relações Exteriores, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, onde permaneceu até 1969, cassado que foi, com dois outros expoentes da Excelsa Corte, os ministros Hermes Lima e Víctor Nunes Leal.

A partir de então, Evandro se dedicou até o fim de seus dias, mais intensamente ainda, à tribuna forense, à cátedra universitária, às atividades científicas nos planos nacional e internacional. Desde 1968 professor de Direito Penal no CEUB, DF, hoje Uni-CEUB. De 1983 a 1995, Conselheiro Federal da OAB, retomando a trajetória de 1944, interrompida em 1961. Nos anos oitenta, foi presidente do CNPCP do Ministério da Justiça, cargo que teve a honra de ocupar (1997-1999), a que renunciou por divergências com o ministro Paulo Brossard. Foi, também, presidente da Sociedade Brasileira de Criminologia, e membro vitalício de seu Conselho Técnico. Presidente da “Associação Internacional de Direito Penal”, grupo brasileiro. Igualmente, da Sociedade dos Advogados Criminais do Rio de Janeiro/SACERJ.

Nos anos noventa, presidiu a Comissão Especial designada pelo presidente Itamar Franco para elaborar o Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal, ocasião em que redigiu o “Esboço”, uma das mais significativas contribuições para o futuro Código Penal.

Toda essa frenética atividade cultural lhe valeu uma pletora de homenagens: Medalha Rui Barbosa, pelo Conselho Federal da OAB, que lhe dá direito a voz, em todas as suas sessões; Medalha Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados Brasileiros; Prêmio Dom Helder Câmara de Direitos Humanos, da OAB/PE; Prêmio Clóvis Bevilacqua, da OAB/CE; Medalha do Mérito Cultural da Magistratura, pelos relevantes serviços prestados à cultura jurídica do País.

Dentre os casos mais famosos, contam-se: O processo criminal contra Doca Street, em que obteve a absolvição, no primeiro julgamento; o processo político contra o presidente Collor de Mello, no Senado Federal, em que logrou a condenação do acusado, e a superveniente cassação de seus direitos políticos; o caso José Raíña, líder então dos Sem-Terra, em que alcançou a absolvição de seu cliente.

Integrou a Academia Brasileira de Letras, Cadeira nº 1, como sucessor do goiano Bernardo Élis. E a 18 de janeiro de 2002, o Brasil inteiro, mormente os segmentos jurídicos, comemorou seus gloriosos 90 anos de luminosa existência.

Por tudo isso, o Senador Mão Branca, na solenidade inaugural de sua herma no 1º Tribunal do Júri no Fórum do Rio de Janeiro, proclamou: "A bandeira do Piauí só tem uma estrela, essa estrela é Evandro Lins e Silva, a iluminar o Brasil".

Advogado Criminalista, Professor Emérito da UFG, Professor Titular da PUC-Goiás, Membro Titular do IAB-Instituto dos Advogados Brasileiros-Rio/RJ, e do IHGG-Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Membro Efetivo da Academia Goiana de Letras, Cadeira 35 - E-mail liciniobarbosa@uol.com.br).

*** O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB**